

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um general para assegurar a democracia

A escolha do general Fernando Azevedo para diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi lida no meio político como um sinal de que os ministros da corte eleitoral vislumbram problemas na eleição do ano que vem. A ideia dos ministros do TSE é deixar uma porta aberta com os militares, a fim de prevenir qualquer problema de desrespeito às regras da democracia e dos resultados.

Um pote de magoas

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que recebeu na eleição para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) apenas sete dos 81 votos, saiu magoado com a falta de apoio do Planalto. A tendência, agora, avaliam alguns, é a de que ele se aproxime da ala oposicionista.

Noves fora...

Quem perdeu mais na disputa pelo TCU foi o governo, dividido entre Kátia Abreu (PP-TO) e Fernando Bezerra Coelho, ambos "traídos" por aqueles que lhes prometeram muitos votos. O PP votou com Katia, o PT idem, o MDB se dividiu entre a senadora e o seu líder. O trabalho silencioso dos mineiros e do PSD falaram mais alto.

O trio vitorioso

A votação do senador Antonio Anastasia (PSD-MG), 52 votos, contou com o trabalho do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que ganhará agora mais um aliado na Casa, Alexandre Silveira (PSD-MG), que assume a vaga de senador. Também tiveram influência as conversas de Gilberto Kassab, que lutou para manter a vaga de senador com o seu partido e, com isso, as três cadeiras de Minas para a legenda.

A missão política de Tarcísio de Freitas

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, entra na disputa para a disputa do governo de São Paulo com a tarefa de fazer, ali, uma vitrine para apresentar os 121 leilões já feitos para concessões e/ou privatizações realizadas pelo governo. Nesse sentido, o objetivo do "capi", como Jair Bolsonaro chama Tarcísio, é atrair os votos dos empresários paulistas para a reeleição. O Palácio do Planalto está preocupado com esse segmento que, nos últimos meses, se afastou um pouco do Executivo. Nesse sentido, Tarcísio, ainda que não saia vitorioso em 2022, terá

cumprido seu papel se conseguir levar os votos para o presidente.

Além de Tarcísio como candidato, Bolsonaro vai aproveitar este fim de ano para, ainda hoje, fazer um aceno à Fiesp, que, em janeiro, troca o comando. Sai Paulo Skaf e entra Josué Alencar, da Coteminas, filho do falecido ex-vice-presidente José Alencar.

Josué é visto como o passe de Lula para o empresariado paulista. Os estrategistas de Bolsonaro consideram que uma candidatura de Tarcísio terá condições de, pelo menos, reduzir essa influência.



CURTIDAS



Flávia e Rose I/ A coordenadora da mulher nunca teve tanto trabalho no Parlamento. Depois do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), destrar a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, foi a vez do senador Lazier Martins (Podemos-RS), atacar a presidente da Comissão Mista de Orçamento, Rose de Freitas (MDB-ES, foto).

Flávia e Rose II/ Lazier, aos berros e xingamentos, reclamou de uma decisão de agosto que, mediante acordo, distribuiu as relatorias setoriais. Braga, como se sabe, reclamava da liberação das emendas. Rose, que recebeu na hora o apoio de toda a comissão, vai encaminhar o caso ao Conselho de Ética.

Flávia e Rose III/ A Secretaria da Mulher, capitaneada por Celina Leão, já divulgou uma nota de apoio à ministra Flávia e, ontem, já havia sido acionada para emitir outra nota em solidariedade à senadora Rose.

Almoço e dieta/ Ministros e líderes têm feito regime forçado por esses dias em Brasília. Os ministros de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e o de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, por exemplo, não tiveram tempo de comer no almoço de confraternização da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Marinho falou e correu para outro evento. Tarcísio, idem. "Eu tenho calorias para queimar, não se preocupe", brincou Tarcísio.

Almoço e votos/ O líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), já chegou reclamando e saiu sem comer: "Você tinha que fazer esse almoço hoje, quando precisamos de quórum na Casa?", disse ao deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). "Como eu ia adivinhar que você marcaria votação para a hora do almoço?". Barros falou e saiu correndo atrás dos votos para aprovar a PEC dos Precatórios. Pelo visto, deu certo.

FAKE NEWS / Por determinação de Alexandre de Moraes, Bolsonaro explicará à PF por que publicou trechos de investigação do TSE sobre um ataque hacker. Ministro mantém aberta apuração da conexão que presidente fez entre vacina contra covid e aids

Intimidado por vazarem inquérito

» CRISTIANE NOBERTO

A Polícia Federal (PF) intimou o presidente Jair Bolsonaro a depor em função do inquérito sobre a divulgação de uma investigação sigilosa relacionada a um ataque de piratas cibernéticos ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018. A apuração foi aberta em agosto, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), depois de o chefe do Executivo publicar nas redes sociais uma cópia do inquérito e distorcer informações. A ideia seria, supostamente, levantar a suspeita de que houve fraude nas eleições das quais Bolsonaro saiu vitorioso.

É a segunda vez que o presidente terá de depor no âmbito de inquéritos que tramitam contra ele no Supremo — ao todo são cinco.

E, neste, são investigados também o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) e o delegado da Polícia Federal Victor Neves Feitosa Campos — afastado da investigação do caso por ordem de Moraes.

O episódio ocorreu em julho, quando o Bolsonaro alegou suspeição sobre a veracidade do resultado das urnas. Cinco dias depois, ao lado do deputado, ambos fizeram afirmações que despertaram preocupações no TSE. Em depoimento, ao defender-se, Filipe Barros afirmou que os ataques não se relacionavam às questões mantidas em sigilo.

Esta investigação corre junto ao inquérito das fake news e foi solicitada pelo TSE. A corte eleitoral entendeu que, ao divulgar uma cópia do inquérito, Bolsonaro pode ter cometido o crime previsto no artigo 153 do Código Penal — que proíbe a "divulgação, sem justa causa, de informações

sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública". A pena prevista é de um a quatro anos de prisão.

Investigação mantida

Moraes também decidiu, ontem, manter aberto o inquérito contra Bolsonaro sobre a live em que ele relaciona a vacina contra a covid-19 à aids, com base em uma publicação britânica conhecida por divulgar mentiras. O vídeo do presidente foi tirado do ar por ordem do ministro.

Moraes determinou que a investigação seja encaminhada à PF e determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) entregue os documentos relativos à "apuração preliminar" contra Bolsonaro, sob pena de incorrer em obstrução da Justiça.

"À Procuradoria-Geral da República (determina-se) que, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), encaminhe a estes autos a íntegra, ainda que autuada em apartado e em sigilo, mas com a devida vinculação aos autos principais, sob pena de desobediência à ordem judicial e obstrução de justiça. Sejam estes autos encaminhados à Polícia Federal para a regular continuidade das investigações, com análise das diligências iniciais a serem adotadas para a elucidação dos fatos investigados", cobrou Moraes.

O ministro abriu a investigação, que também incorpora o relatório da CPI da Covid, no começo de dezembro. Na época, ele criticou o procurador-geral da República Augusto Aras por abrir indevidamente apuração interna sobre o episódio — pois não caberia à PGR conduzir esse tipo de inquérito.

Cleber Caetano/PR



Pela segunda vez, Bolsonaro terá de depor à Polícia Federal

**Vaccine-se.
Juntos, vamos fazer
um ano novo com mais
saúde para todos.**

Adão Oliveira ficou 12 dias internado no Hospital de Samambaia e venceu a Covid-19.

